

A participação dos sectores não mineiros na economia foi decrescendo com o decorrer do tempo e está avaliado hoje em 44% do seu potencial. A quota do sector dos serviços tem estado a aumentar, da mesma forma que a indústria e a agricultura, embora ainda muito moderadamente.

Os recursos fiscais dos anos 2002 e 2003 foram na sua quase totalidade consumidos pelo apoio governamental ao Processo de Paz e ao reassentamento dos refugiados.

O processo de desmobilização das forças da UNITA foi uma operação muito onerosa, em termos de gastos, tanto directos como indirectos e, registe-se, foi quase inteiramente suportada por recursos nacionais, com muito pouca contribuição da comunidade internacional.

Esta situação levou à restrição significativa das dotações para os sectores sociais e para a manutenção das infra-estruturas, amplamente destruídas ou danificadas pela guerra ou como consequência dela. Os custos directos associados ao processo de desmobilização representaram uma boa parte do grande aumento nas despesas com pessoal bem assim nas com bens e serviços registadas nos anos 2002 e 2003.

Como resultado desta pressão inesperada sobre o Orçamento Geral do Estado, o défice fiscal geral subiu para 9% do PIB, antes de cair para 5% no ano 2003 e foi financiado quase inteiramente pela acumulação de atrasados de pagamentos e créditos do Banco Central.

As receitas continuam, como já se disse, a ser dominadas pelo sector petrolífero num montante estimado aproximadamente 77% do total, no ano 2002.

No entanto, as receitas não-petrolíferas, que têm estado a aumentar desde 1998, sofreram um aumento adicional significativo a partir do ano 2002, particularmente como resultado das reformas implementadas nos anos 2000 e 2001, incluindo a transferência da administração alfandegária para uma empresa privada, e por uma melhoria significativa na cobrança dos impostos de rendimento e de consumo.

A inflação, como registado pelas estatísticas públicas, manifesta uma tendência decrescente desde os fins dos anos 90, a saber, para os seguintes anos: 1999 (329%), 2000 (268%), 2001 (116%), 2002 (106%) e 2003 (77%).

Porém, os históricos altos níveis de inflação, continuaram a alimentar a mudança em direcção à “**dolarização da economia**”.

Isso levou a que em 2002 os depósitos em moeda nacional tivessem diminuído cerca de 25% enquanto, simetricamente, os depósitos em moeda estrangeira aumentaram em cerca de 24%.

Também, nos fins de 2002, 85% do total dos depósitos bancários eram em dólares, representando 26% do total da massa monetária, em comparação com uma média de 7% para o continente africano.

Os altos níveis de inflação nos anos passados resultaram essencialmente da expansão monetária, alimentada por grandes défices fiscais. Em associação com a expansão da base monetária e o défice fiscal, as reservas líquidas de divisas chegaram a baixar para o correspondente a menos de 1 mês de importações no fim do ano 2002, mas aumentaram marginalmente em 2003 quando, para apoiar a moeda nacional, o Banco Central adoptou a política de intervenção contínua no mercado de divisas.

5- Perspectivas a Médio Prazo

Com o fim da guerra, o governo angolano defronta-se, como é evidente, com numerosos desafios para retirar o país da situação de emergência para a fase de reabilitação e reconstrução.

O Governo tem consciência da fragilidade desta situação, particularmente no tocante à ajuda financeira externa necessária para novos investimentos para a reconstrução da economia e redução do défice da balança de pagamentos que, de USD 1,4 mil milhões em 1998, foi reduzida para 924 milhões em 2001, depois de um ligeiro superavit no ano 2000.

Para ajudar a ultrapassar certas dessas dificuldades, o país tem recorrido com sucesso à obtenção de importantes linhas de crédito, dos quais um, na importância de USD dois mil milhões provenientes da China Popular.

A decisão desse colosso asiático, ainda por cima comunista, que surpreendeu muitos dos países mais ricos do mundo, causando-lhes ou aumentando as suas preocupações no respeitante à geo-estratégia por ele empreendida, acontece precisamente quando esse país enceta de forma mais pronunciada uma viragem para o continente africano, no intuito de satisfazer a sua crescente procura de recursos energéticos e petróleo, encontrando-se empresas chinesas já a operar, designadamente, no sector da construção civil e das infra-estruturas em Angola, depois de lhes terem sido atribuídos importantes contratos, de reabilitação das linhas-férreas, por exemplo.

É neste quadro que um dirigente angolano afirmou recentemente que "muitas empresas chinesas já cá estão instaladas, mas vamos ver muitas mais chegar nos próximos doze meses" e que "muitos países não estão satisfeitos por estarmos a desenvolver tantos negócios com a China."

Além desse crédito de dois mil milhões de dólares da China, Angola começou já a receber outro proveniente de outro empréstimo com garantia de petróleo, cujo acordo foi assinado no ano passado entre um consórcio de bancos ocidentais, liderado pela Standard Chartered, no valor de 2,25 mil milhões de dólares, sem citar créditos com o Brasil, etc, a curto e médio prazo, para financiar as principais importações, enquanto que os atrasos no pagamento da dívida externa aumentaram para USD 5,6 mil milhões já no fim de 2000, equivalente a 71% das exportações.

Todavia, o panorama dos indicadores económicos mais importantes para o período 2004-2008 parece promissor, de acordo com recentes dados publicados pelo governo e, ao que parece, em concordância com o FMI e com o Banco Mundial.

Para aumentar a confiança dos investidores privados e dos parceiros de desenvolvimento, o governo mostra-se empenhado na implementação de fortes medidas para o crescimento económico, bem assim nas reformas para assegurar uma boa governação, incluindo as que evidenciam os seus esforços para a exigida adequada transparência na gestão do Estado.

Para esse fim, está a implementar a Estratégia de Combate à Pobreza para o período de 2003-2006 que, a seu ver, exige a realização, entre outros, dos seguintes objectivos macroeconómicos, até 2005 / 06:

- Taxa anual de inflação de 5.0%;
- Saldo orçamental global, numa base de compromisso, não superior a 2,8%;
- Receitas orçamentais na percentagem de 37% do PIB;
- Despesas orçamentais na percentagem de 34% do PIB;
- Despesas destinadas às áreas prioritárias da Estratégia de Combate à Pobreza, no equivalente a 11 a 17% do PNB.

No entanto, o executivo do país reconheceu a sua limitada capacidade de apresentar dados estatísticos precisos e está a receber assistência técnica do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional para a implementação da monitorização, gestão de recursos humanos e técnicos, etc.

Por outro lado, Angola tem tido uma importante cooperação multilateral com vários grupos de países, organismos internacionais e agências de desenvolvimento económico e social, encontrando-se uma série de doadores a prover apoios importantes no esforço pós-guerra, transformando-se assim em potenciais cooperantes para investir em programas e projectos de diversa natureza.

A cooperação bilateral em Angola, também está sendo uma outra importante fonte de transferência tecnológica e de recursos económicos. No quadro antes descrito, o executivo angolano definiu claramente metas para a sua acção e projecção no plano externo, propondo-se dois objectivos:

- *O estabelecimento de uma diplomacia nitidamente virada para actividades económicas - Diplomacia Económica*
- *Desenvolver uma Parceria Global para o Desenvolvimento*

a) A diplomacia económica

Na cerimónia de apresentação de cumprimentos de fim de ano pelos diplomatas acreditados em Luanda, o Presidente da República disse que “considera importante para a paz e a segurança internacionais que seja dada aos países em vias de desenvolvimento, em particular aos países africanos, a oportunidade de jogar um papel activo no actual processo de globalização, através de um diálogo franco e construtivo”.

Acrescentou haver “novas ideias, agendas estratégicas e projectos que demonstram grande vitalidade e o desejo das novas lideranças de romper com o passado e lançar as

bases para o nascimento de uma África nova, próspera e moderna, ao mesmo tempo que manifestou a disponibilidade de Angola participar nesse esforço de renovação, porque acredita no futuro de África", disse ele.

Por sua vez, nas palavras do Ministro das Relações Exteriores, Angola vai continuar a priorizar a diplomacia económica e o seu Ministério vai este ano continuar a tratar de questões ligadas à vertente económica porque, em sua opinião, "o país ainda carece de ser reconstruído".

Continuando disse ainda que:

"Para potenciar os resultados da actividade externa com vista à melhoria permanente da imagem do país, com o mínimo de custos, considera útil priorizar as áreas geopolíticas.

Neste quadro, a área geo-estratégica, por excelência, onde a acção diplomática será concentrada é a África, onde é decidido ser promovido o aprofundamento de relações de boa vizinhança, amizade e cooperação".

Embora considere o continente africano como sendo a natural prioridade disse que, "vai ser dada atenção ao aprofundamento das relações de amizade e de cooperação multiforme com os países europeus, asiáticos e do continente americano, que se mostrarem disponíveis".

Ao referir-se, entre outros, à África Ocidental, acentuou que "será ali promovido o aumento da presença do país e que serão desenvolvidas, através de uma política de abertura com os diferentes estados da região, acções político-diplomáticas que conduzam à maior afirmação de Angola".

b- A Parceria Global para o Desenvolvimento

O principal objectivo da ajuda externa a Angola tem sido o financiamento das actividades relacionadas com a assistência humanitária, enquanto as ajudas para as actividades de desenvolvimento a longo prazo foram limitadas.

Enquanto que a ajuda económica continua dependente de um acordo com o FMI, que ainda não está concluído, o essencial da ajuda externa a Angola tem sido maioritariamente destinada à assistência humanitária para reduzir o sofrimento das populações vítimas do conflito, com uma pequena proporção destinada a financiar a reabilitação e o desenvolvimento.

Segundo a última recapitulação levada a cabo neste campo pela União Europeia e o PNUD, a ajuda pública a favor de Angola atingiu um volume de 346 milhões de euros ou sejam, em USD 307 milhões, tendo 56% desse total financiado a assistência humanitária de urgência, sob a forma de ajuda alimentar, de assistência médica aos deslocados, etc.

A problemática da parceria global para o desenvolvimento de Angola, foi sempre colocada sob o signo de um diálogo difícil com os países doadores do ocidente e principais instituições internacionais de ajuda para o desenvolvimento.